

Governança Democrática em Escolas Municipais de Povos e Comunidades  
Tradicionais: Um Estudo Comparado em Palmeira dos Índios, Alagoas

**Cláudia Cristina Alves da Fonseca<sup>1</sup>**

**Leonardo Leal<sup>2</sup>**

<sup>1</sup> Graduanda em Administração Pública pela Universidade Federal de Alagoas. E-mail:  
alves.claudia@gmail.com

<sup>2</sup> Orientador Professor da Universidade Federal de Alagoa. E-mail:  
Leonardo.leal@arapiraca.ufal.br

## **RESUMO SIMPLES**

O presente projeto tem como objetivo realizar uma análise comparada da governança democrática em escolas municipais situadas em territórios de povos e comunidades tradicionais, tomando como foco duas escolas públicas localizadas no município de Palmeira dos Índios, Alagoas. A primeira está inserida em território indígena; a segunda, por sua vez, atende estudantes quilombolas. Desse modo, a investigação propõe compreender a participação da comunidade acadêmica (professores, pais, alunos e técnicos) diretamente envolvida nos processos eleitorais para escolha de gestores escolares. Para isso, parte-se da hipótese de que o histórico de mobilização política dessas populações pode influenciar na construção de processos participativos na governança das escolas municipais. Assim, a pesquisa será conduzida por meio de uma abordagem qualitativa, combinando revisão bibliográfica, estudo de caso comparado e análise documental. Por fim, espera-se identificar os fatores que favorecem ou limitam o exercício da governança democrática no contexto escolar, especialmente em territórios de povos e comunidades tradicionais.

## **RESUMO EXPANDIDO**

A ideia de uma gestão escolar verdadeiramente democrática é um compromisso assumido pela educação pública brasileira desde a Constituição de 1988, e reforçado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. No entanto, transformar esse princípio em prática cotidiana exige mais do que normas: depende de contextos que favoreçam a participação, o diálogo e o reconhecimento das vozes locais. Segundo Morato Miranda e Cruz (2022), a simples existência de conselhos ou eleições escolares não garante, por si só, a efetivação da democracia, pois, sem caráter deliberativo real, esses instrumentos tornam-se apenas procedimentos formais e esvaziados de sentido político.

Logo, em territórios como os habitados por povos indígenas e comunidades quilombolas, onde a identidade coletiva e a história de luta moldam as relações sociais, a efetivação da governança democrática nas escolas ganha contornos próprios,

desafiando estruturas institucionais muitas vezes alheias às realidades vividas por essas populações. Para Silva e Silva (2024), o envolvimento ativo da comunidade escolar e local é indispensável à construção de uma escola pública democrática, sobretudo em contextos onde a diversidade cultural e política faz parte da trajetória coletiva das populações.

Portanto, este projeto de pesquisa (a ser desenvolvido como Trabalho de Conclusão de Curso), propõe analisar como se dá a governança democrática em duas escolas municipais do município de Palmeira dos Índios, Alagoas, que atuam em territórios de povos e comunidades tradicionais.

Por conseguinte, a escolha do município de Palmeira dos Índios justifica-se por ser o local onde reside a pesquisadora, além de sua relevância no cenário alagoano, em especial no que se refere à presença de comunidades indígenas com forte identidade cultural e histórica. Contudo, apesar de o município possuir apenas uma comunidade quilombola oficialmente reconhecida, sua realidade educacional reflete desafios e potencialidades próprios de territórios com diversidade étnica e processos comunitários de luta por direitos.

Para tanto, a pesquisa tomará como objeto de análise duas escolas da rede municipal, uma localizada em território indígena e outra situada fora do território quilombola, mas que atende majoritariamente estudantes dessa comunidade. O estudo busca, então, compreender os modos de participação da comunidade nos processos de eleição para a direção escolar, atentando-se para as formas de organização coletiva e engajamento político que caracterizam essas populações.

À luz disso, o objetivo central da pesquisa é identificar os fatores que influenciam a efetividade da participação democrática nas escolas localizadas em territórios tradicionais. Nesse sentido, os objetivos específicos são: a) investigar como ocorreram os processos de escolha de diretores nas duas escolas selecionadas; b) analisar o grau de envolvimento das comunidades nos processos eleitorais escolares; c) compreender como a história de luta por direitos e de mobilização política dessas populações interfere, ou não, na dinâmica da gestão democrática escolar.

Assim, a metodologia a ser utilizada será qualitativa, com base em um estudo de caso comparado entre as duas instituições escolares. Por isso, a análise documental será parte importante do trabalho, a partir do exame de registros oficiais dos processos eleitorais das escolas, como atas, editais e normativas internas.

Assim sendo, a presente pesquisa parte da compreensão de que a governança democrática no contexto escolar envolve não apenas mecanismos formais de participação, como conselhos e eleições, mas também práticas que reconhecem e dialogam com os saberes locais, as dinâmicas coletivas e as formas de organização social das comunidades envolvidas. Como ressalta Silva (2016), cabe aos gestores escolares o papel de mediadores do diálogo entre Estado e comunidade, sendo fundamentais para fomentar a cultura participativa e garantir que a participação comunitária seja efetiva e não simbólica.

Dessa maneira, tal abordagem está em consonância com perspectivas que ampliam a noção de democracia, incorporando elementos da participação direta e do protagonismo comunitário, especialmente relevantes em territórios marcados por lutas históricas por reconhecimento e direitos. Para Boschetti, Mota e Abreu (2016), a gestão democrática escolar demanda não apenas mudanças institucionais, mas também transformações culturais no interior da escola, principalmente no enfrentamento das mentalidades hierárquicas que ainda persistem em muitas práticas escolares.

Além disso, o território é compreendido não apenas como um espaço geográfico, mas como uma construção social, simbólica e política, que influencia diretamente a vivência escolar, as relações de poder e as possibilidades de uma gestão educacional mais sensível às realidades locais.

Portanto, os resultados esperados com esta pesquisa envolvem o reconhecimento das especificidades que marcam o exercício da gestão democrática em escolas atuantes em conformidade com povos e comunidades tradicionais. Deseja-se, com isto, identificar se a tradição de organização coletiva dessas populações se reflete em maior engajamento nos processos escolares, ou se, ao contrário, persistem entraves que limitam a participação, como burocracias institucionais, desinformação ou distanciamento cultural entre escola e comunidade. Ademais, também se espera contribuir com reflexões que possam subsidiar a formulação de políticas públicas mais sensíveis às realidades locais, reforçando o papel da escola como espaço de construção coletiva e de fortalecimento da cidadania.

Em suma, este trabalho pretende ampliar o debate sobre a gestão democrática em contextos de diversidade, valorizando as vozes e os saberes das comunidades que historicamente foram silenciadas pelas estruturas tradicionais da educação. Enfim, ao considerar o território como categoria de análise e as experiências coletivas como base para a ação democrática, a pesquisa busca lançar luz sobre os caminhos possíveis para uma escola pública, democrática e enraizada em sua realidade sociocultural.

## REFERÊNCIAS:

BOSCHETTI, V. R.; MOTA, A. B.; ABREU, D. L. F. *Gestão escolar democrática: desafios e perspectivas*. Regae: Revista de Gestão e Avaliação Educacional, Santa Maria, v. 5, n. 10, p. 103–111, jul./dez. 2016.

MORATO MIRANDA, S. S.; CRUZ, F. N. B. *As ouvidorias estudantis como novo instrumento da gestão democrática escolar*. Jornal de Políticas Educacionais, v. 16, e87824, dez. 2022.

SILVA, E. F.; SILVA, G. *A atuação das comunidades escolar e local na organização da escola*. Eccos: Revista Científica, São Paulo, n. 69, p. 1–17, abr./jun. 2024. DOI: <https://doi.org/10.5585/eccos.n69.25089>.

SILVA, G. *A cultura da participação da comunidade local na gestão escolar em Maceió-Alagoas*. Pesquisa em Foco, São Luís, v. 21, n. 1, p. 147–165, 2016.